



APRESENTAÇÃO

O dossiê *Instituições, Famílias e Poder no Brasil* resulta das parcerias realizadas em período de pesquisa pós-doutoral, envolvendo a Universidade Federal do Maranhão - UFMA e a Universidade Federal do Paraná – UFPR, aproximando os grupos de pesquisas GEPENADEC-UFMA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura) e o NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses); e o Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Sociais, Conexões Artísticas e Saberes Locais da UFMA ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.

A partir dos diálogos promovidos pelo NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses –, compreende-se que a questão ambiental no Brasil é estruturada, em grande medida, pela ação histórica de famílias latifundiárias originárias do período colonial, com impactos profundos e duradouros sobre os ecossistemas. Os projetos de desenvolvimento enfrentam, nesse contexto, obstáculos relacionados às inadequações das políticas públicas e à lógica do liberalismo econômico promovido por grupos dominantes que sustentam a atual ordem social e apoiam um modelo de economia de mercado profundamente marcado por desigualdades sociais. A cultura hegemônica orienta e legitima tais dinâmicas, mediada pelo poder concentrado de um conjunto de grandes famílias que conectam suas estruturas de parentesco às instituições de poder.

Esse fenômeno tem sido analisado há mais de três décadas pelo NEP-UFPR, sob a coordenação do Professor Ricardo Costa de Oliveira, cuja produção tem contribuído para compreender os vínculos entre elites familiares, poder político e estruturas sociais. As reflexões produzidas nesse âmbito respondem a algumas das principais problemáticas do contexto contemporâneo: o avanço do conservadorismo, a consolidação do *status quo*, a persistência das desigualdades histórico-sociais e as ameaças constantes à democracia brasileira.



Um dos resultados das parcerias mencionadas é a elaboração deste dossiê. Os pesquisadores do NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses – apresentam, por meio desta coletânea inédita, com fundamentação na sociologia política e histórica, aos leitores, análises das estruturas de poder familiar no Brasil. A obra destaca aspectos essenciais do familismo em uma sociedade tão desigual como a brasileira e apresenta a grande categoria explicativa da economia, da sociedade e da política: a família, em sua relação entre poder econômico, político e institucional. Obviamente, os grupos familiares dominantes no Brasil compartilham traços universais, porém, existem atributos imperiosos, peculiares, específicos da sociedade brasileira, imanente às lógicas herdadas do período colonial. Nesse sentido, a genealogia das famílias e a prosopografia constituem metodologias centrais para o desenvolvimento dessas investigações.

É evidente que os temas passíveis de articulação a partir da família como célula estruturante da sociedade são vastíssimos. Diante dessa amplitude estabelecemos um recorte de temas com foco nas Instituições e nas Famílias, orientados pela relação indissociável entre o processo histórico do colonialismo e a produção do capitalismo global. Com essa base, iniciamos o debate a partir da análise de um contexto recente — o cenário da pandemia de COVID-19 —, um dos resultados das transformações geoclimáticas e biológicas que marcam a modernidade. Trata-se de um período que escancarou, com intensidade incomum, os efeitos profundos da nossa formação social, econômica e familiar.

Neste contexto, Mônica Helena Harrich Silva Goulart, Ricardo Costa de Oliveira e Tarcis Prado Júnior, no estudo *Raízes familiares dos bilionários brasileiros (2021): uma investigação genealógica*, demonstram que a pandemia, uma tragédia social para a maioria, reverteu-se em momento estratégico para pouquíssimos brasileiros ampliarem suas riquezas extremas, esses, estão entre os 10 mais ricos bilionários do país. Através do método prosopográfico. Esses indivíduos compõem o grupo dos dez maiores bilionários do país.

Através do método prosopográfico, aliado à análise de dados genealógicos e das trajetórias de vida, os autores revelam a presença de clãs familiares detentores de fortunas de longa duração, sustentadas por estruturas históricas e por aquilo que denominam capital econômico genealógico-familiar. Desmantelando a narrativa meritocrática que associa riqueza ao esforço individual ou ao empreendedorismo, demonstrando, ao contrário, que a concentração de riqueza no Brasil está intrinsecamente vinculada a heranças familiares, redes de poder e privilégios historicamente acumulados.



Considerando que a concentração de riquezas no Brasil é sustentada por uma elite que se perpetua ao longo de gerações — muitas vezes à margem de uma atuação socialmente responsável —, a filantropia configura-se como mais um espaço estratégico de reprodução e manutenção do poder. Explorando esse campo emergente, no qual as articulações familiares se consolidam, Vanessa Teixeira Pipinis, com o texto *Bilionários Filantropos: um estudo sobre a filantropia familiar*, lança luz a uma das formas contemporâneas de articulação das redes familiares que influenciam e atravessam os espaços de poder: a filantropia. Com foco na família Diniz aponta como, de modo complexo, a filantropia funciona como mecanismo de legitimação, produção de autoridade e inserção nos circuitos do poder.

Os debates que introduzem o dossiê tratam de uma temática central na contemporaneidade e, obviamente, suscitam amplas discussões. Além disso, trazem à tona elementos que nos conduzem a uma reflexão sobre a importância da permanência histórica — dos estudos de longa duração —, em contraste com as abordagens que privilegiam as rupturas, os cortes e as fissuras ocorridas com a modernidade, com o capitalismo industrial e a sociedade civil liberal. Embora muitos estudiosos se mantenham debruçados sobre essas discontinuidades, torna-se necessário investigar a interação dialética entre as permanências e as rupturas, levando em conta a grande resistência das forças arcaicas.

Sabemos que as limitações de páginas inibe um aprofundamento mais detalhado da temática, contudo, o material apresentado aponta diversos caminhos para a compreensão dessas estruturas familiares como elementos fundamentais nas relações de poder, além de estimular o debate teórico sobre sua relevância. Nesse âmbito, Edivaldo Ramos de Oliveira em *A ordem multifamiliar como vetor determinista para a Cultura do Privilégio e as relações de poder no Brasil* conduz o leitor por um painel histórico dos privilégios no país. O autor expõe o familismo como estruturante das dinâmicas de poder, em um diálogo com obras clássicas sobre a formação histórico-social do Brasil, articulando-as com produções contemporâneas que reconhecem o familismo como mecanismo de perpetuação de privilégios e de domínio institucional, incluindo o aparato estatal, em nome da manutenção do poder de classe e da cultura do privilégio. Isto significa que as classes sociais tem uma existência, uma lógica de reprodução ao longo de várias gerações.

A razão do Brasil ainda está embricada nas permanências coloniais, expressas em formas contemporâneas de dominação, como o genocídio de populações negras e indígenas, o trabalho em condições análogas à escravidão e as múltiplas violências contra grupos



racializados. O Brasil foi a maior sociedade escravista do planeta e isso significa que a história da grande propriedade acompanha a da grande riqueza. Utilizando o método genealógico da pesquisa social em uma leitura de longa duração no artigo *Estudo genealógico de dois abolicionistas paranaenses: Padre Ribeiro e Rocha Pombo*, Alessandro Cavassin Alves investiga a atuação abolicionista de duas figuras centrais na cidade de Curitiba - PR, destacando suas trajetórias familiares, vínculos de parentesco, engajamento político e capital social. O autor argumenta que o movimento abolicionista local foi conduzido por setores da elite religiosa e intelectual, cujas ações estavam inseridas em estratégias de reprodução da ordem social e de preservação de privilégios, mesmo diante da necessidade de transformação legal e econômica. Evidencia o abolicionismo, ainda que aparentemente progressista, operando dentro dos limites impostos por estruturas históricas de poder herdadas por famílias dominantes do regime colonial.

Até então observamos nas pesquisas apresentadas um conjunto de continuidades organizadas, estruturadas e sólidas. No que tange a posse dos capitais sociais oriundos das redes familiares para a dominação dos meios de produção simbólica os exemplos se aprofundam com a pesquisa de Hugo Freitas de Melo, no texto *Padre Brandt e as disputas familiares na arena política e cultural do maranhão: a trajetória de um sacerdote político e escritor* uma trajetória política e intelectual notabilizada pela diversificada atuação no município de Arari – MA. Na luta pela imposição de concepções que orientam as ações e demarcam posições na política e na cultura local, o itinerário de padre Brandt exemplifica a heteronomização e a hibridização entre as esferas religiosa, política e cultural no interior maranhense, em especial frente ao avanço de crenças rivais ao catolicismo, como o protestantismo, a maçonaria e religiões de matriz africana. Sua consagração representa a celebração de grupos dominantes, cujos descendentes, foram os responsáveis por institucionalizar sua memória por meio de cargos públicos e produções literárias que narram a história do município.

Também efeito das redes de parentescos, o nepotismo e o fisiologismo emergem como elemento essencial da consolidação das famílias-políticas. Para compreender essa lógica de reprodução de poder o autor André Barsch Ziegmann, no estudo *Fisiologismo e Nepotismo: a genealogia de cinco líderes do centrão*, investiga a articulação desses elementos na política brasileira contemporânea, com ênfase na atuação de proeminentes lideranças do chamado "centrão". Apresenta regularidades nas genealogias analisadas que explicam parte significativa



da longevidade política dessas lideranças: a dependência estrutural do governo federal para reprodução de poder; a presença sistemática de familiares em cargos públicos; a capacidade de transitar entre diferentes espectros ideológicos; a conversão de capital político em capital econômico; e a instrumentalização da família como unidade estratégica na disputa por recursos e posições no Estado.

Os estudos corroboram que o entrelaçamento de estruturas familiares com os distintos campos de poder contribui para o agravamento das desigualdades sociais e fragiliza os processos democráticos. Apesar disso, o campo do turismo permanece relativamente negligenciado por esse tipo de análise, possivelmente por sua associação ao lazer e à efemeridade. Tal lacuna ignora a relevância sociocultural e econômica do turismo no Brasil, historicamente promovido pelo Estado como mecanismo de desenvolvimento e inclusão social.

É nesse norte que Sylvana Kelly Marques da Silva Laibida e Ricardo Costa de Oliveira, em *Família e arranjos políticos: A fatia da fração direitista na cúpula do turismo*, investigam por meio de abordagem quali-quantitativa, com suporte em métodos genealógicos e prosopográficos, a presença e o papel de dinâmicas familistas no comando do Ministério do Turismo (MTur). Os resultados apontam para a centralidade de clãs familiares ligados a elites agrárias e midiáticas, cujos representantes compartilham heranças de capital político e social, com perfil conservador e avesso a transformações estruturais. A atuação desses grupos no MTur evidencia um modelo de gestão voltado à reprodução de interesses oligárquicos, frequentemente subordinado a lógicas de desnacionalização econômica e à manutenção de estruturas excludentes de poder.

Outra substantiva contribuição é realizada pelos autores Alfredo Marcos do Prado e Ana Paula Myszczyk com o artigo *Poder e Tradição: Linhagens de autoridade na segurança pública*, evidenciam, sob a ótica genealógica e prosopográfica, a adaptação contemporânea de práticas patrimonialistas no interior da burocracia estatal. Ao reconstruírem a trajetória individual de um dos Delegados-Gerais da Polícia Civil do Paraná, analisam sua vinculação a famílias tradicionais do estado, indicando como os laços de parentesco influenciam sua permanência na cúpula da segurança pública. Ressaltam, ainda, que a nomeação para tal cargo não está submetida a critérios técnicos objetivos, o que permite a reprodução de privilégios por parte de grupos familiares historicamente dominantes, revelando um processo de hereditariedade simbólica e material que compromete os princípios republicanos da impessoalidade e do mérito.

Os estudos apresentados à luz das ferramentas genealógica e prosopográfica, revelam não apenas a reprodução de privilégios por meio das redes familiares, mas também escancaram a permanência de uma estrutura profundamente excludente sob a perspectiva de gênero. A ocupação quase exclusiva de espaços de poder por homens oriundos de linhagens tradicionais reforça a naturalização da masculinização desses espaços e dificulta a inserção efetiva de mulheres na esfera decisória.

Nesse contexto, com o intento de analisar criticamente a intersecção entre gênero, famílias e poder e observar o avanço da participação feminina na representação política é que os autores Priscilla Cidral da Costa, Sylvana Kelly Marques da Silva Laibida e Luiz Demétrio Janz Laibida em *A cartografia do poder no paraná: Não era só mais uma Aparecida com o legado da hierarquia familiar*, ancorados na genealogia e prosopografia, demonstram que a ascensão da parlamentar Cida Borghetti não representa uma ruptura com a ordem patriarcal nem um avanço substantivo na democratização do acesso ao poder por parte das mulheres. Ao contrário, sua trajetória evidencia a continuidade das estruturas hierárquicas tradicionais, reafirmando a centralidade das elites familiares na reprodução das desigualdades e exclusões no campo político paranaense.

As famílias da classe dominante no Brasil controlam não apenas a economia e as instituições estatais, mas também os meios de comunicação, configurando um cenário de concentração midiática que compromete os princípios democráticos do pluralismo informativo. Embora a mídia deva operar com imparcialidade e diversidade de vozes, o que se observa é o predomínio de grupos familiares que historicamente monopolizam esse campo estratégico, em continuidade à lógica midiática da primeira república, em que cada partido fundava os seus jornais para defenderem as suas ideias, como consequência são partidarizadas.

É nessa direção que Umberto Bittencourt Meneghini no artigo *Os meandros do Ratinho: Tramas e Ficções na trajetória político-empresarial de Carlos Massa*, chama a atenção para como a trajetória de Ratinho, embora apresentada como caso de ascensão individual, é sustentada por redes familiares e alianças políticas. Sua atuação midiática consolidou um império midiático e empresarial que reforça estruturas tradicionais de poder, hoje visíveis na projeção política de seu filho, Ratinho Jr., figura reacionária e atual governador do Paraná, um político de carreira política promissora, embasado por práticas antissociais. Embora distinta das oligarquias tradicionais os Massa configuram arranjos de poder que reafirmam a aliança entre mídia, família e dominação política.



E existem outros vários exemplos de famílias de políticos aqui no Brasil que atuam com a conversão de capitais, Cátia Cilene Farago e Carlos Magno Augusto Sampaio em *A política como negócio de família: Arranjos familiares e nepotismo na trajetória das famílias Magalhães e Richa*, analisam a continuidade e a renovação do poder político nas figuras de dois herdeiros de líderes tradicionais — Antônio Carlos Magalhães e José Richa — cujas trajetórias foram marcadas por arranjos entre famílias e estruturas estatais. Na Bahia, a consolidação do carlismo foi impulsionada pela liderança carismática e centralizadora de ACM, cujas práticas políticas fundiram elementos autoritários com estratégias modernizantes. Apesar do desgaste político e das denúncias envolvendo a violação do painel eletrônico do Senado, o carlismo manteve-se influente até a emergência do PT como força de oposição. No Paraná, o grupo liderado por Ney Braga consolidou uma tradição de poder baseada no nepotismo e na reprodução de elites políticas locais, simbolizada por Beto Richa. Em ambos os casos, os herdeiros políticos reproduzem dinâmicas oligárquicas e patrimonialistas, ancoradas na articulação entre capital familiar, controle da mídia e acesso privilegiado às instituições do Estado.

Os estudos reunidos nesse Dossiê correlacionam-se demonstrando que mesmo diante das transformações no cenário democrático, as dinâmicas de hereditariedade e familismo continuam operando como vetores centrais na manutenção do poder, dificultando a consolidação de práticas políticas efetivamente democráticas e plurais. Dão a ver a importância do enriquecimento dessas discussões e a produção de novos conhecimentos.

Por fim, destacamos a nossa gratidão ao editor-chefe da revista, Prof. Josenildo Campos Brussio, pela confiança e apoio na publicação. E, a todos que tornaram essa publicação possível.

Uma boa leitura a todos!

Organizadores do Dossiê

Sylvana Kelly Marques da Silva Laibida

Ricardo Costa de Oliveira

Luiz Demétrio Janz Laibida

Priscilla Cidral da Costa

